agenzia fides
Organo di informazione delle Pontificie Opere Missionarie
http://www.fides.org
Fondata nel 1927

ÁSIA/ MALÁSIA - Dos líderes religiosos "não" aos hudud: "Não instrumentalizar a religião para fins políticos"

Kuala Lumpur (Agência Fides) - "A nossa posição é clara: queremos manter o status quo e apoiamos a Constituição vigente que garante as minorias e faz da Malásia um Estado islâmico. Somos contrários a qualquer mudança que introduza imposições da lei islâmica como as ordenanças hudud": com essas palavras, proferidas numa entrevista à Agência Fides, o Rev. Thomas Philips, pastor protestante e Presidente do "Malaysian Consultative Council of Buddhism, Christianity, Hinduism, Sikhism and Taoism" expressa a posição partilhada por líderes religiosos não muçulmanos na Malásia.

Alguns grupos e líderes islâmicos, alguns deputados e expoentes da UMNO, o partido do Governo, que de fato iniciou a pedir, em encontros públicos e através dos meios de comunicação, a introdução de ordenanças hudud na legislação da Malásia. Os "hudud" são punições impostas pela lei islâmica, como o corte da mão ou o lapidação de mulheres. Segundo tais ordenanças, a lei corânica é imposta também aos não muçulmanos: isto, segundo os lideres religiosos, seria "inconstitucional".

A proposta causou reações negativas de todas as minorias religiosas não islâmicas. O líder hinduísta Mogan Shan observou que "os não muçulmanos já são penalizados pela legislação em vigor, sobretudo quando se trata de casamentos mistos", visto que o cônjuge não muçulmano deve se converter ao Islã. Os líderes religiosos observam que na Malásia já existe um "duplo sistema" legal: para resolver controvérsias jurídicas existem, de fato, os tribunais civis, mas também os tribunais islâmicos, que aplicam a xaria, reservada aos muçulmanos. Esse duplo sistema cria mal-entendidos e problemas, como atualmente já existem cerca de mil casos de "conflito de jurisdição".

O Rev. Philips explica à Agência Fides: "Acredito que propor à opinião pública e no debate político a introdução de hudud seja um medida com intenções eleitorais: considerando que as eleições estão próximas, alguns líderes querem ganhar consensos, tocando temas religiosos. Pedimos a todos para não instrumentalizar a religião para fins políticos. A campanha eleitoral deve ser baseada em como enfrentar os problemas reais das pessoas e não explorando temas relacionados com a religião". (PA) (Agência Fides 6/11/2012)

I contenuti del sito sono pubblicati sotto Licenza Creative Common - http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.it